

# A CONDIÇÃO DA MULHER AFRO-BRASILEIRA SOB A ÓTICA DE LIMA BARRETO: UMA ANÁLISE SOCIOCRÍTICA DE CLARA DOS ANJOS

**\*NATASHA PESSOA DE ALBUQUERQUE MOURA\***

\* Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Santos.

**ORIENTADORA: DRA. ROSA MARIA VALENTE FERNANDES\*\***

\*\* Licenciada em Letras pela Universidade Católica de Santos. Mestrado e Doutorado pela USP. Atua na Universidade Católica de Santos como professora de Teoria da Literatura, Literatura Portuguesa, Semiótica e Língua Francesa.

## RESUMO

A inferiorização da cultura e do potencial dos grupos afro acabou, a priori, manifestada na arte ora através do silêncio, ora por meio de uma realidade distorcida, parcial, contada pela voz branca. Em um segundo momento, sobretudo a literatura serviu para criticar os princípios excludentes, iniciativa na qual Lima Barreto se mostrou bastante engajado, dado o sentimento de injustiça nascido das situações de preconceito que o escritor negro, humilde, tanto sofreu quanto presenciou ao longo de sua trajetória. *Clara dos Anjos* foi um de seus mais célebres trabalhos, denunciando especificamente a exploração das mulheres negras e mestiças moradoras dos subúrbios brasileiros; assim, este artigo traça um paralelo entre o contexto social do Brasil no século XX e o discurso da obra, afirmando a senda literária enquanto lugar de resistência.

## PALAVRAS-CHAVE:

Literatura. Literatura afro-brasileira. Racismo. Mulher negra. Lima Barreto. Clara dos Anjos.

## INTRODUÇÃO

**A** promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, trouxe consigo a ideia do encerramento de uma das fases mais vergonhosas da história humana e, no caso, do Brasil: a escravagista. Por isso, é lembrada como símbolo da vitória contra a exploração de pessoas, tal qual do surgimento de uma nova consciência ético-moral capaz de

enxergar todos os indivíduos enquanto seres potencialmente ilimitados e de direitos. Sete anos antes, nessa mesma data, nascia Afonso Henriques de Lima Barreto, neto de escrava alforriada, cuja alegria de menino pela libertação do seu povo, ingênuo demais para compreender a trama de causas e consequências daquele momento, acabaria transformada em profunda desilusão. Segundo Schwarcz (2017, p. 21), na fase adulta ele passou a considerar que “o fim do cativo e a conquista da liberdade eram troféus difíceis de guardar, sobretudo numa nação que admitiu escravos em todo seu território durante quatro longos séculos”.

A escravidão era um passado muito recente e seu fim não anulou as emoções e pensamentos que a causaram, estes que tiveram muito tempo de fortalecimento. Ser livre não significa estar incluído socialmente. A liberdade dentro de um contexto despreparado para lidar com ela vira também um fator de sofrimento. O fato foi que a proliferação das indústrias pelo mundo, tal como a evolução na senda tecnocientífica, ocasionaram a obsolescência da mão-de-obra escrava. Logo, a abolição obedeceu, na verdade, aos propósitos capitalistas de lucro, sendo uma medida para gerar uma massa maior de consumidores.

*Clara dos Anjos*, obra concluída no ano da morte de Barreto (1922), mas que veio a ser divulgada somente 26 anos depois, insere-se no período da Primeira República, mergulhando na vida das famílias suburbanas do Rio de Janeiro, atentando para a dupla exclusão sofrida pelas mulheres negras e mulatas, que experimentavam preconceitos quanto ao gênero e a cor da pele. Logo, o presente artigo<sup>1</sup> busca apreender a forma como são representados discursivamente os fenômenos sociais, com foco nos conflitos, demonstrando a linguagem literária enquanto materialização, tal qual meio de discussão, dos sentidos estabelecidos em sociedade.

A figura do negro na literatura e o discurso barretiano

A descaracterização do negro enquanto pessoa impediu que sua cultura fosse retratada de forma legítima, sem o peso dos estigmas raciais, bem como do propagandismo ideológico; inclusive, até que os escravos estivessem libertos, foram feitas raríssimas menções sobre sua existência e contribuição para o modelo vigente de sociedade e economia, tratando-se de uma tentativa primeira de completo apagamento. Segundo Proença Filho (2004, p. 161), a história literária brasileira é marcada por vozes que coisificam os negros, afastando-se da realidade deles, e depois por vozes próprias, capazes de percebê-los enquanto sujeitos, mas que veremos surgir bem mais tarde. Nesse sentido, há uma divisão entre a literatura “sobre” e a literatura que “pertence” a essa etnia.

Inicialmente, as obras escritas eram produzidas por religiosos, os jesuítas, dedicando-se ao ensino dos europeus por meio de crônicas, além de focar na análise da natureza dos povos indígenas. Os textos pioneiros em ilustrar os africanos escravos, bem como seus descendentes afro-brasileiros, foram de autoria do padre Antônio Vieira, que buscou solidificar a ideia da mão-de-obra negra como suplente da escravidão dos índios, vistos por ele como os “gentis”, ingênuos/puros; tal qual de Gregório de Matos, cuja origem de família escravocrata influenciou seu posicionamento contra os mulatos, embora mantivesse uma admiração específica pelas mulatas, o que remete à sexualização das pretas. Ainda assim, seus trabalhos descreveram bastante os rituais afros, ganhando importância atemporal para o entendimento dos costumes e crenças dos negros (RABASSA, 1965, p. 82-83).

O Iluminismo e a Revolução Francesa fizeram ecoar ideais de liberdade, fraternidade, progresso, uso da razão, igualdade perante as leis, assim servindo de base para o movimento antiescravagista, que culminou no abolicionismo em 1888, isto é, para o surgimento de focos questionadores do sistema. No Brasil, isso esteve muito mais ligado a uma disputa entre monarquia e republicanismo, porém, não deixou de inaugurar uma nova fase tanto da arte literária quanto da imprensa, os quais passaram a denunciar, mesmo timidamente, a segrega-

ção no tocante aos negros. Sobre tudo, a poesia e textos ficcionais traçavam a figura do negro ora cheia de comiseração, ora de forma bestial.

No Romantismo, vieram à tona personalidades como a de Zumbi dos Palmares, líder quilombola, e Henrique Dias, combatente que chefiou escravos durante a Insurreição Pernambucana, como reflexo da idealização heroica própria da fase Indianista, com seu propósito de construção de uma identidade genuinamente brasileira; mas, como o nome em si sugere, isso apenas aconteceu próximo ao final do Indianismo, o qual destacou o índio como símbolo de virtude, coragem, de “bom selvagem”, relegando ao negro o papel de ser passivo, infantil, subserviente, fiel, quando não dono de perversão e feiura sem precedentes: “De início, as negras apareciam na literatura geralmente como criaturas exóticas, lascivas e descritas em cores fortes, nunca como objetos de sentimentos profundos por parte do poeta” (RABASSA, 1965, p.87), o que marca um olhar utilitário sobre homens, mas principalmente sobre as mulheres, estimadas apenas pelo corpo como fonte de prazer carnal.

Poemas como os de Castro Alves, por exemplo *Navio Negreiro*, apesar de explorarem a crueldade para com os escravos, indicando as mazelas físicas, mentais, emocionais experimentadas, defendendo o abolicionismo, evitam uma ótica animadora sobre o encerramento da exclusão social, não oferecendo outro ponto de vista que não o da elite: “O tema que atravessa a maior parte da poesia de Castro Alves é o do sofrimento, mais do que o do heroísmo ou da vingança” (RABASSA, 1965, p. 88), portanto, pode-se apreender o pessimismo que ainda vigorava sobre a possibilidade de inserção do negro na sociedade, fadado à vida marginal. Pelo mesmo caminho vão romances iguais *A Escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães, cuja protagonista é uma escrava descrita com pele clara, ou *O Mulato*, de Aluísio Azevedo, com a descrição de um formoso negro de olhos azulados, símbolos da necessidade de embranquecimento das personagens para que lhe pudessem atribuir um caráter nobre.

Todavia, tais obras representaram um verdadeiro marco, pela ousadia de colocar um mestiço afro no centro das atenções; *O Mulato* batiza o período do Realismo/ Naturalismo, expondo o preconceito enquanto fator limitante das conquistas do negro, pois apesar da polidez e intelectualidade do rapaz, este é impedido de se casar com uma moça branca. A fase realista, antagonista ao sonho romântico, teceu duras críticas aos burgueses, descortinando as contradições da época e refletindo a influência do meio sobre o comportamento humano à luz das teorias de Darwin (Evolucionismo), Taine (Determinismo) e Comte (Positivismo).

Os evolucionistas e deterministas acreditavam profundamente na existência de raças dentro de uma escala de superioridade, na qual mestiços, índios e negros estariam postados em níveis baixos; dessa forma, sendo o povo brasileiro constituído em grande parte por esses indivíduos, havia também a crença de que o país não alcançaria progresso em nenhuma esfera caso não fosse realizada uma miscigenação com os brancos. Já os positivistas, enfatizavam características que qualificavam os negros como passíveis de melhoria, tais quais a afetividade deles (CASTILHO, 2009, p. 106-107).

Curiosamente, Machado de Assis, mulato e nome de maior destaque do Realismo brasileiro, preferiu não discutir com afincos os infortúnios de sua raça, seja dentro ou fora do espaço de suas páginas, onde geralmente os negros ocupavam posição secundária, como a de empregados, demonstrando tendências aos estereótipos supostamente determinados. Dele se queixa Lima Barreto, acusando-o de abandonar as raízes para ter sucesso na Academia de Letras. Aliás, o escritor considerava que justamente o fato de ser um negro pobre e o de se debruçar sobre a verdade da vida que levava seus semelhantes foram os fatores responsáveis por terem lhe negado três vezes uma cadeira na ABL, assim como por não poder ter se casado com uma moça branca a quem dizia amar; desse modo, seus escritos são marcados por um

profundo ressentimento, o qual passa pela condição de cor, mas também pela vulnerabilidade econômica aprofundada pelo republicanismo, regime que fez o pai dele perder o emprego de tipógrafo, dada a proximidade da família com monarcas, e abraçar a loucura.

Lima Barreto, cujos trabalhos estão situados em um momento de transição conhecido como Pré-Modernismo, acabou sendo mais realista do que muitos realistas e mais moderno do que os futuros modernistas, porque buscou uma linguagem, estética e conteúdo que expressassem a personalidade, a aparência, o cotidiano do Rio de Janeiro e de seus habitantes suburbanos, chocando as elites com o bem e o mal que elas não queriam ver.

Mesmo se tratando de um período pós-abolicionista, entre o final do século XIX e início do século XX ser negro ainda significava não apenas portar pele escura, mas também uma consciência obscurecida; contudo, ele foi um ponto fora da curva dos estigmas sociais étnicos, assim como de classe. Dedicou boa parte da vida às Letras, escrevendo crônicas, artigos e romances carregados com escárnio acerca da política, críticas ferrenhas à marginalização de indivíduos, ao abandono, ao abismo socioeconômico nacional e apagamento de inúmeras culturas, mas também imbuídos de uma inquietação no tocante ao próprio fazer intelectual da época, cujo conteúdo focava uma realidade exterior e, por que não, artificial.

Lima Barreto percebeu que o campo das ideias é o lugar mais livre existente, tanto para aqueles que se manifestavam contra a igualdade quanto para os grupos oprimidos. A escrita tem poder de expressar o que habita fora e dentro; o antes, durante e depois; coisas daqui, de lá e acolá. Seu caráter é, portanto, extrapolador. Desse modo, o artista tornou seus trabalhos meios para se indignar, ao passo em que detalhava espaços geográficos, pessoas, filosofias, crenças, costumes bastante exóticos para o padrão daquilo que circulava nos jornais influentes, nos romances famosos, demonstrando-os tão ricos quanto os valorizadas por uma elite. Ele usou a palavra ora como defesa, ora como arma...Assim, o papel sempre foi sua arena de luta (TRINDADE, 2012, p. 13).

O autor é bastante detalhista acerca de cada componente das suas personagens, mantendo uma dedicação especial às cores, dimensionando-as simbolicamente como expressão social, origem e funções exercidas por cada um. Ele joga com o preenchimento do espaço por um colorido, ao passo em que contrasta com o vazio, o que significa abordar a invisibilidade dos negros do dia a dia de uma população que age como se não estivessem ali.

A variedade de nomenclaturas para os tons de pele é rica e forma um léxico tipicamente brasileiro empregado até hoje: mulatos, pardos, pretos, crioulos, morenos... Cada uma dessas palavras guarda em si um posicionamento hierárquico, mas também uma forma de reconstituição dos sentidos redutores da raça, produzidos e reproduzidos no espaço público tanto quanto no privado (SCHWARCZ, 2017, p. 417).

O termo “mulato”, especificamente, foi adotado no decorrer da história literária em associação ao belo, contudo não deixou de ser interpretado como sinônimo de malandragem, loucura, vício, oportunismo, manipulação e criminalidade. Além dos traços citados, existe o vínculo etimológico com “mula”, o animal mestiço, estéril, que é fruto do cruzamento da égua com o jumento ou do cavalo com a jumenta; assim, no seio social, os híbridos de brancos e negros seriam, por analogia, feitos para todo serviço, porém apenas para isso. As mulatas ainda contavam com o estigma da vulgaridade, do sonho de ascensão por meio dos relacionamentos íntimos.

O antropólogo Victor Turner (2005 *apud* SCHWARCZ, 2017, p. 424) elencou, na obra *Floresta de Símbolos*, o preto, o branco e o vermelho como cores fundamentais, ligadas a processos emocionais e fisiológicos do Homem, que, por sua vez, orquestram níveis de poder

político e econômico, bem como as chances de mobilidade social. Já o cientista baiano Nina Rodrigues (2011 *apud* SCHWARCZ, 2017, p. 424), tratou de classificar os mestiços conforme a periculosidade, estabelecendo que parte deles teriam condições de adaptação às normas sociais e outros seriam degenerados sem qualquer salvação; alguns poderiam, inclusive, alterar a cor, algo como se aproximar das virtudes próprias dos brancos e do tom de pele em si, devido terem nascido claros em comparação com os demais (SCHWARCZ, 2017, p. 424). De todo modo, fica óbvio que para os mestiços não havia nenhum lugar, nenhuma coletividade pronta para acolhê-los de fato, e isso certamente era espelhado nas produções da época.

O surgimento de contrapontos, porém, nunca impediu que os pretos aparecessem na contemporaneidade retratados tal como foram até o século meados do século XX:

na fase literária modernista (a partir de 1922), o questionamento radical das bases culturais do país promove uma ampla valorização das raízes mais autênticas da cultura brasileira. Oswald de Andrade lança o movimento da “antropofagia”, cujo lema era: os selvagens brasileiros podem e devem devorar os valores europeus. Porém a sensualidade da mulher mulata continua exacerbada, de modo a reforçar o estereótipo da mulher negra enquanto exagerada nas práticas sensuais e sexuais (CASTILHO, 2009, p. 106-107).

No cenário atual, a maior parte do que circula a respeito da população afro-brasileira tem a ver com pesquisas científicas na área de antropologia, isto é, com publicações de ensaios como os do renomado Gilberto Freyre, que se debruçou sobre o esclarecimento do sistema escravagista e seus desdobramentos; ou está vinculado ao jornalismo, como em *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, que remonta o germe da nação. O negro tem ganhado apenas participações secundárias na literatura do Brasil (RABASSA, 1965, p. 101), indivíduo ainda mais estranho dentre os desiguais de uma população.

## O LEGADO SUJO DA “BELLE ÉPOQUE CARIOCA” COMO PANO DE FUNDO PARA CLARA DOS ANJOS

No dia 15 de novembro de 1889 ocorreu mais um grande marco brasileiro após o “evento” que foi a libertação dos escravos: a Proclamação da República, isto é, a queda do regime monárquico para a adoção do regime presidencialista. A elite brasileira, formada por antigos senhores de escravos, não ficou feliz sobre perder seus trabalhadores sem nenhuma indenização, tendo os custos de produção elevados, portanto reclamaram maior participação política; igualmente descontentes e inflados pela vitória na Guerra do Paraguai, os militares passaram a protestar contra os baixos salários, a centralização do poder, a união do governo com a Igreja, bem como se revelaram convencidos pelo Positivismo, propondo a razão como único caminho para a verdade, deixando de lado as explicações metafísicas acerca da natureza e organização da sociedade. Sendo assim, houve um golpe de Estado que pôs fim ao Segundo Reinado.

Os ideais republicanos versavam sobre o desenvolvimento do país mediante a aposta nas ciências, prometendo atender as demandas ignoradas pela monarquia, mas a realidade social e econômica brasileira mantiveram-se nos parâmetros antigos, pois embora não existisse mais a figura do imperador dotado de plenos poderes, as decisões políticas, assim como a maior parte das riquezas nacionais, estavam sob o gozo dos militares, latifundiários e burgueses, sem haver esforços para suprir as carências do povo: boa remuneração, alimento, moradia

digna, sanitarismo, estudo, acesso igualitário a oportunidades, minimização dos conflitos entre grupos sociais.

Esse novo sistema de privilégios foi mantido através do coronelismo, tal qual do mandonismo, isto é, mediante o controle, muitas vezes violento, da população por grandes donos de terra; mas também por meio do clientelismo, favores. A maior expressão da corrupção no tocante a isso está relacionada a Política do Café com Leite, revezamento entre candidatos paulistas e mineiros no cargo da presidência, além da Política dos Governadores, apoio da Federação à oligarquia mais influente dos estados/províncias em troca de aceitação dos projetos do Executivo. Tudo era possível em decorrência dos níveis diversificados de noção da realidade dentro do território. Logo, os protestos soavam como queixas isoladas (BOSI, 2015, p. 347).

Não bastasse a exclusão e a opressão causadas pelos jogos políticos, o desenvolvimento da indústria fez a mão-de-obra rural ser paulatinamente substituída, levando a um êxodo do campo para as cidades na busca por emprego, mas também melhores condições de vida, uma vez que parte do programa republicano consistia na urbanização, ou seja, na renovação dos hábitos e infraestrutura.

A capital brasileira na época era o Rio de Janeiro. O coração do país precisava pulsar em ritmo semelhante ao europeu, a fim de demonstrar o progresso, visto que a Europa passava pela sua melhor fase de avanços financeiros, científicos e tecnológicos, pelos quais justificava a onda de pacificidade, conforto, prosperidade, otimismo experimentados pelos europeus. Assim, o aspecto colonial foi substituído pela arquitetura de mármore, prédios públicos semelhantes a palacetes, bibliotecas, teatros, cinema, zonas verdes, uma enorme variedade de lojas com produtos importados, bares, restaurantes, hotéis, meios de transporte mais eficientes (por exemplo, o bonde) etc. O Rio virou uma réplica parisiense, cheia de requinte, responsabilidade dada ao engenheiro Pereira Passos pelo então presidente Francisco de Paula Rodrigues. Além disso, nasceram planos de saneamento, bem como de saúde para contenção de epidemias sob o comando do médico Oswaldo Cruz. “O suposto vigente era que a República representava a modernidade recém-chegada ao país, tirando-o da ‘letargia da monarquia’ ou da ‘barbárie da escravidão’” (SCHWARCZ, 2017, p. 133).

Todavia, a limpeza buscou extinguir traços da sabedoria popular, rotulados ignorantes, atrasados, indolentes; tal qual quis se desfazer dos seus manifestantes, sobretudo dos negros recém libertos e a parcela de migrantes, prostitutas, bêbados, moradores de rua, entre outros. A cidade foi dada para usufruto das elites. Superar o passado ganhou a nuance de invisibilizar, esquecer. As camadas empobrecidas e socialmente rechaçadas perante o novo modelo civilizatório acabaram varridas do centro da cidade para os subúrbios, vivendo em casebres, cortiços, favelas.

Acerca da percepção do papel da mulher em meio a esses acontecimentos, pode-se dizer que ele evoluiu na Belle Époque o paradigma do período escravocrata; tal como um líquido que escorre, ainda se alastravam as suposições sobre a incapacidade feminina para participação política ou força física de trabalho, restando-lhe as atividades domésticas, favores sexuais e reprodução dos ideais progressistas. Este último era de suma importância em vista da recente troca do serviço compulsório pela mão-de-obra livre, incutindo a qualidade de disciplina desde outras áreas da vida.

O capitalismo, que aos poucos ia se afirmando, contava também com a diminuição dos gastos a partir do aumento da contribuição não assalariada das mulheres em tarefas antes realizadas por escravos. O molde de família burguesa, centrada na figura do marido como

único líder, imitava a relação comercial e exploratória entre chefes e empregados. Porém, as camadas populares, devido à desigualdade econômica, bem como à pluralidade cultural, frequentemente revelavam organizações familiares com mulheres à frente, sendo então rechaçadas por andarem na contramão do sistema.

Não raramente, mulheres negras ou mulatas, que compunham a maior parcela feminina das classes baixas, desempenhavam o trabalho de lavadeiras, doceiras, arrumadeiras, prostitutas; tinham por obstáculo à superação da pobreza tanto o preconceito racial, pois elas e seus esposos encontravam dificuldades para competir no mercado com imigrantes brancos, quanto de gênero, porque eram sempre relegadas, mediante acordos verbais, aos cargos de remuneração pequena, que muito lembravam as atividades do lar.

Mas a rebeldia aos costumes das elites, principalmente no tocante à passividade, configura uma característica vinda de longa data, uma vez que já na fase colonial do país as africanas e afro-brasileiras se organizavam para guiar o mental, emocional e tratar o corpo dos membros das suas comunidades, tornando-se um referencial para todos; chantageavam os senhores de engenho que pretendiam vender seus parentes, seus esposos, com “greves” ou ataques; planejavam fugas, formavam uma rede de informações a fim de garantir a segurança dos negros (GOMES; PAIXÃO, 2008, *apud* GOMES; CARNEIRO; MADEIRA, 2018, p. 5).

Anos depois, no Brasil republicano, a lembrança desse tipo de comportamento associado aos estigmas objetificantes e à realidade das ruas, lugar de perdição, renderam às negras o título de degeneradas. Ganhavam força estudos médicos/biológicos que tentavam justificar aspectos sociais pelas ciências exatas e da natureza: adjetivavam as mulheres como intrinsecamente maternais, vulneráveis, sensíveis, pouco racionais, com a sexualidade ligada à função de procriar, isto é, como criaturas opostas e inferiores ao homem, portanto destinadas ao servir; assim, a manifestação intelectual ou voluptuosa não subordinada aos interesses masculinos configuraria uma ameaça ao desenvolvimento da sociedade. Dentro dessa visão, as pretas e mulatas deveriam sofrer segregação para que a obscenidade delas não contaminasse as moças “de bem” das elites.

Como era grande sua participação no “mundo do trabalho”, embora mantidas numa posição subalterna, as mulheres “populares”, em grande parte, não se adaptavam às características dadas como universais ao sexo feminino: submissão, recato, delicadeza, fragilidade. Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao sexo frágil (SOIHET, 2004, p. 307-308).

Ironicamente, as mulheres humildes, sobretudo mestiças, sonhavam com casamentos tradicionais e se esforçavam ao máximo para copiar parte do perfil das brancas abastadas, abraçando enquanto dever, além da cooperação nas finanças da casa, a criação absoluta dos filhos, as demandas domésticas, bem como aceitando ocupar espaços menores em comparação aos homens. Fora da imaginação, a realidade experimentada era a da violação sexual, abandono, aproveitamento... Algo bastante afastado da castidade pregada pela elite como símbolo de honra, causando traumas profundos na autoestima delas (SOIHET, 2004, p. 309).

A indignação pela desigualdade, intolerância e descaso foi a chama que forjou um fazer literário ativista, engajado em mudanças sociais, como o caso das produções de Lima Barreto, escritor delator dos horrores do regime republicano, sua belle époque, do racismo e da luta de classes. Nasce o Pré-Modernismo, período de transição entre o Simbolismo (além das correntes realista, naturalista e parnasiana ainda fortes) e o Modernismo propriamente dito:

caberia ao romance de Lima Barreto e de Graça Aranha, ao largo ensaísmo social de Euclides, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim, e à vivência brasileira de Monteiro Lobato o papel histórico de mover as águas estagnadas da belle époque, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional (BOSI, 2015, p. 350)

Os pré-modernistas inauguraram muito do que seria apresentado como tendência a partir da Semana de 22, a Semana de Arte Moderna. Os temas retratavam o cotidiano, incitando um comportamento questionador nos apreciadores; havia críticas à moralidade, cultura, política, economia, relações interpessoais; as personagens traziam traços regionalistas, figuras marginalizadas (o mulato, o sertanejo) e o espaços iam dos bordéis até as repartições, descortinando a diversidade geocultural dentro do Brasil. Não se apostava em idealizações, misticismos, em um mergulho íntimo (características simbolistas), mas na realidade social. Já a estética contrariava o academicismo, a linguagem rebuscada, a inflexibilidade (estilo parnasiano), trazendo o coloquialismo, a simplicidade.

Em *Clara dos Anjos*, Lima Barreto traz uma protagonista moradora de Todos os Santos, a qual cresceu protegida de reconhecer o julgamento da pele. Assim, percebe-se uma compilação das observações diárias do artista, cujas experiências de opressão são muito próximas das provadas pela personagem, dando destaque aos fatos e pessoas que eram vergonhas nacionais, a uma outra face da sociedade brasileira.

## CLARA DOS ANJOS E SEUS TONS SUBJACENTES

Lima Barreto conseguiu tratar um macrocosmos de misoginia e racismo mediante o recorte da vida suburbana, de um cotidiano no qual embora as pessoas se igualem, ou melhor, aproximem pela precarização do acesso às condições básicas de sustento, ainda reproduzem os estigmas de desigualdade tão arraigados pelas elites, formando subclasses hierarquizadas pelas cores, pelo sexo, que competem umas com as outras não apenas por sobrevivência, mas para suplantar seu ego ferido frente ao tórrido desamparo governamental em nome do conforto e da filosofia etnocêntrica de pequenos grupos, enevado em face de uma educação altamente limitada em seus aparatos reflexivos. Conforme explica Bosi (2015, p. 347), a falta de uma unidade de pensamento das classes baixas foi condição *sine qua non* para, no contexto externo, ser possível esconder a real dimensão da situação durante muito tempo, ignorância captada pela obra através das relações entre as personagens:

A gente pobre é difícil de suportar mutuamente, por qualquer ninharia, encontrando ponto de honra, brigam, especialmente as mulheres (...) Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atozes impostos, empregados em obras inúteis e suntuárias, noutros pontos do Rio de Janeiro (BARRETO, 2019, p. 95).

Schwarz (2017, p.21) pondera que o fim da escravatura apenas trouxe uma nova roupagem para antigas formas de organização social, uma máscara para permitir a continuidade delas sem contestações, sendo o próprio autor capaz de vislumbrar a necessidade de uma constante reafirmação dos direitos legalmente conquistados, mas que a cultura tradicional, enraizada, negava veementemente. O republicanismo subsequente à monarquia, por exemplo, instalou-se usando as vulnerabilidades como manobra, fazendo promessas de concretizar os anseios de dignidade para, depois, inviabilizar os sonhos e os sonhadores, contrapondo-os aos parâmetros de civilização pregados, uma vez vistos enquanto lembranças vivas de um

passado a ser transcendido; o escritor presenciou o próprio pai perder o emprego, a sanidade, enquanto ele mesmo sofria injúrias.

Com isso corroboram Zarro e Frazão (2014, p. 5), os quais destacam as obras barretianas pelo caráter autobiográfico, como um espelho das suas experiências particulares de negro, pobre, morador de Laranjeiras, onde estavam abrigadas diversas realidades que dividiam o mesmo espaço, mas não se tocavam, inspirando *Clara dos Anjos*.

O descontentamento com o “Rio Belle Époque”, instituído pelo regime republicano, permeia várias páginas da narrativa, dando especial atenção ao tamanho das habitações, de poucos cômodos estreitos, ainda que algumas sejam mais modernas, enquanto outras não passam de barracos nas encostas, feitos de materiais arrecadados do lixo ou comprados com dificuldade, erguidos em regiões sem saneamento, segurança, onde se é refém de doenças, enchentes ou risco de desabamento: “O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá” (BARRETO, 2019, p. 96).

A fragilidade econômica atrelada à ignorância figura entre as razões que fazem jovens, sobretudo as negras e mulatas, caírem na lãbia dos persuasivos “dandys”, conquistadores baratos movidos pelo hedonismo, a fazer falsas promessas. No texto homônimo, imaginado em 1922, mas publicado postumamente em 1948, Clara dos Anjos é a filha de 17 anos de um humilde carteiro, Joaquim dos Anjos, com a dona de casa Engrácia; criada em quase absoluto recato, isto é, sem conhecer as maldades do mundo tanto quanto as condições em torno da sua origem étnica, ela acaba seduzida, deflorada e abandonada grávida por Cassi, homem branco, cuja família é mais abastada e cuja mãe o protege, mediante ajuda de algumas autoridades, de responder pelo seu mau-caratismo.

A protagonista é descrita mestiça, herdando características que remetem aos brancos, porém não escondem a ascendência: cabelo liso, traços mais finos, pele pardo-clara, aludida pelo seu primeiro nome. Era, então, muito desejada entre homens, pois em uma sociedade na qual se cultua a estética branca não apenas enquanto sinônimo de beleza, mas concretização dos valores morais, os mulatos passavam a imagem de serem “menos pretos”, logo menos repugnantes. Não obstante, percebe-se no texto que apenas há o aprofundamento da sexualização e reificação do corpo feminino, um dia escravizado de maneira legítima, pois são enfatizados os atributos físicos dela, seu apelo carnal, a partir de expressões como “pancadão de filha”, “torrão de açúcar”, “seios empinados”, ao passo que até seus parentes reconhecem a inaptabilidade da moça para despertar verdadeiros sentimentos em alguém de outra raça, outra situação financeira.

Rabassa (1965, p. 87) reconhece na literatura uma tendência a retratar o negro com malícia, aproximando-o de uma figura diabólica a mexer com os instintos mais selvagens do Homem, ou, na concepção de Proença Filho (2004, p. 161), assumindo-o como monstro em todos os aspectos, quando não parte do extremo oposto: abnegado. Assim, atribui-se uma natureza rasa tal como seria a de outros animais, feitos mais para serem dominados do que amados.

Marramaque, padrinho e protetor da menina, é um preto versado em política, poesia, cheio de duras experiências na vida que o afastaram do sonho de dedicar-se aos versos, as quais o fazem duvidar das boas intenções proclamadas por Cassi, alertando: “Você não vê que, se ele quisesse casar, não escolheria Clara, uma mulatinha pobre, filha de um simples carteiro? Sou teu amigo, Joaquim...” e D. Engrácia prontamente responde: “É o que penso

também. Ele pode achar muitas em melhores condições” (BARRETO, 2019, p. 131). Persiste através da sociocultura o desrespeito, a subalternidade, infringidos pelas próprias vítimas.

Na fala de Marramaque, existe o uso de diminutivo para referir-se à Clara, “mulatinha”, emprego repetido para todas as mulheres de tez escura; está posta aí a semântica da inferioridade, isto é, um jogo com o sentido de pequenez trazido pelos sufixos -inha/-inho e a posição social ocupada pelos afro-brasileiros, ou melhor, o pouco valor conferido a eles em relação aos brancos. Segundo Cândido (2006, p. 21-22), o texto ficcional se vale de regras particulares para poder gerar uma compreensão melhor acerca do que ele quer representar; nesse sentido, a linguagem é fruto de um trabalho de escolhas que deformam um objeto, a fim de conduzir o leitor ao cerne de uma mensagem. A frequência com a qual os tons de pele são mencionados também determinam o quão relevante a raça é dentro do modelo de sociedade abordado, assim como a diferenciação que o autor faz entre os próprios tons escuros revela um aprofundamento hierárquico e a naturalização dos preconceitos em todos os espaços (SCHWARCZ, 2017, p. 417).

É pelo discurso direto, mas também através do indireto, sendo a história contada em terceira pessoa por um narrador onisciente e intruso, a forma encontrada pelo autor de ponderar o não alcançado pela percepção das suas personagens. Realiza-se um jogo dialógico de incorporação da voz do opressor e indignação com os fatos, expresso nos discursos indiretos livres, assim como nos monólogos do narrador. Na primeira situação, ocorre o que Fiorin (2011, p.16), ao citar as concepções de Bakhtin, aponta como dialogismo bivocalizado, pois há duas vozes diferenciadas no discurso; já a segunda tem a ver com um dialogismo constitutivo, pois não existe marcação explícita do outro, mas uma fusão entre as ideias de quem enuncia e as ideias agregadas ao seu arcabouço, então o discurso final nasce do pensamento alheio, seja para reafirmar ou refutar:

Cada um de nós, por mais humilde que seja, tem que meditar, durante a sua vida, sobre o angustiante mistério da Morte, para poder responder cabalmente, se o tivermos que o fazer, sobre o emprego que damos à nossa existência. Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada de sua individualidade social e; concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar que não lhe permitia meditar um instante sobre seu destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera tinham muita culpa nisso tudo [...]. (BARRETO, 2019, p. 117)

No trecho citado, critica-se a alienação, a ingenuidade, o conformismo, a dependência da protagonista, fortes aspectos da sua personalidade, marcando ideologicamente o apelo à consciência como meio de desconstrução de paradigmas, empoderamento, compreensão e busca por direitos negados. Portanto, vê-se a configuração da ideologia por meio dos temas ligados à Clara, sendo tema a denominação de Fiorin (1998, p. 24) para o conjunto de fatores abstratos inerentes a uma dada realidade e que, nesse caso, invertem a ordem lógica, ética, para mostrar a contradição social; enquanto as personagens, além de parte do discurso do narrador, ensaiam o que os estudos bakhtinianos tratam como “força centrípeta”, reproduzindo a visão de mundo dominante e gerando certa estranheza, já que são vítimas dela; ao mesmo tempo existe um equilíbrio dado pela contestação da conduta da protagonista em especial, “força centrífuga”. Ao passo em que Clara está totalmente à mercê do papel que lhe é reservado, não possuindo grandes ambições, e o narrador atribui essa falta de noção ao sexo,

postura misógina, ele indica também que cabe a cada um dirigir o intervalo de existência entre a vida e a morte, indicando uma perspectiva de possível autonomia, luta e liberdade.

Clara apenas se torna explicitamente uma personagem redonda, transformada, perto do encerramento, quando se descobre traída e enfrenta face a face a rejeição; antes disso, seu espectro de entendimento, sem comparativos, a tornava satisfeita, previsível. Ao procurar os parentes de Cassi e solicitar à mãe dele que o obrigue a se casar, recebe o protesto de D. Salustiana: “Que é que você diz, sua negra?” (BARRETO, 2019, p. 171), colocação na qual “negra” é um insulto atribuído; ela ainda continua: “Casado com gente dessa laia...Qual! Que diria meu avô, Lorde Jones, que foi cônsul da Inglaterra em Santa Catarina, se visse tal vergonha? Qual!” (BARRETO, 2019, p.172). “Laia”, “vergonha”, supõem o quão imoral seria ter Clara no papel de nora, são termos disfóricos, isto é, com carga negativa; a aposta em disforias e euforias, valoração, determinam os antagonismos (FIORIN, 1998, p.20). Não obstante, no texto há expressões que possuem as duas polaridades, como quando a extroversão das negras é frisada; a semântica pode pender para o lado da pura facilidade de comunicação, o que tornaria alguém mais apto ao convívio, ou para a libertinagem.

As limitações da protagonista sobre apreender estigmas são uma extensão das limitações dos próprios pais, uma vez que Joaquim, flautista ordinário, foca na música e no sustento da família, ignorando todo o resto; já D. Engrácia, apesar de ter recebido alguma instrução, dedica seus esforços inteiramente ao lar, perdendo qualquer habilidade para argumentar sobre os possíveis perigos, conflitos, a serem enfrentados por quem está na posição de mulher mestiça:

A mulher de Joaquim dos Anjos tinha a superstição dos processos mecânicos, daí o seu proceder monástico em relação a Clara. Enganava-se com a eficiência dela; porque reclusa, sem convivência, sem relações, a filha [...] havia de extravasar em sonhos, sonhos de amor, de um amor extrarreal, com estranhas reações físicas e psíquicas (BARRETO, 2019, p. 69).

Engrácia fora uma das escravas alforriadas que deram continuidade à convivência com seus antigos senhores, sendo criada por eles com estima, vínculo este de domesticação motivadora da sua passividade, obediência, imitação dos modos brancos, transferidas ao marido, tal qual à filha, cujo ideal “não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, enquanto casada” (BARRETO, 2019, p. 116). Nota-se o temperamento exageradamente servil impedindo-a de ser pessoa, um ente singular comparado aos demais, para assumir o esperado dela.

O narrador, conforme visto no enunciado destacado da página 171, concebe o idealismo de Clara como intrínseco às mulheres. De maneira geral, elas são consideradas, na obra, com pouca inteligência, influenciáveis, dadas às emoções, por isso “tão poderosa é a fascinação da perversidade nas cabeças femininas” (BARRETO, 2019, p. 58). As famosas modinhas, que cantam um amor extasiante, incondicional, superador de todas as adversidades vindas da cor, do dinheiro, encantavam Clara até então. As modas e seus “amores apesar dos pesares”, preenchiam as lacunas da falta de instrução, afeto, desejado por meninas criadas para validar a si através do outro, do masculino, perseguindo daí o casamento, que era igualmente meio de ascensão: “Cassi Jones sabia aproveitar o terreno propício desse mórbido estado d’alma de suas vítimas para consumir os seus horripilantes e covardes crimes; e, quase sempre, o violão e a modinha eram seus cúmplices” (BARRETO, 2019, p. 42).

Soihet (2004, p. 309) afirma justamente que as mulheres marginalizadas, achavam a imitação dos costumes brancos, sobretudo a procura por um bom casamento, o jeito de

alcançarem ideais tidos como universais, igualando-se. Entretanto, continuavam sendo violadas, o que reduzia suas esperanças ao campo da fantasia.

As moças têm a honestidade medida por serem ainda virgens ou se absterem definitivamente do contato sexual, pelo cuidado com a casa, esposo e prole. D. Margarida, professora de Clara, faz costuras, cria animais, borda, demonstrando a restrição do trabalho feminino ao que já desempenhavam de forma compulsória no lar, ou seja, a restrição das suas habilidades e, mais especificamente em relação às brancas, a proibição de ocupar o espaço das ruas; além disso, é “respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor da sua viuvez” (BARRETO, 2019, p. 56). Verdadeiramente, ela, em partes, contradiz o estereótipo de mulher vulnerável, porque não hesita em pôr ladrões para correr à tiros ou bater nos assediadores, contudo permanece fiel a um único homem, morto, renegando qualquer precisão de intimidade, sendo abdicada. Vale destacar sua nacionalidade alemã, provavelmente a razão dessa diferenciação.

Em uma das primeiras passagens, a mãe da jovem Nair, vítima de Cassi, exclama que sua filha foi “desgraçada” e comete suicídio no dia após o descobrimento da tragédia; por tal, é possível dizer que, independente das suas qualidades interiores, o fato de já ter sido possuída por um homem a tornava uma coisa desinteressante, pois oferecera tudo o que se pensava ter para dar. Curiosamente, Nair é classificada dona de um “amorenado sombrio”.

Os pressupostos no tocante às pretas e mulatas, ligam-se à promiscuidade, perversão. Marramaque “sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas do nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito em que se tem as suas virtudes de mulher” (BARRETO, 2019, p.51). Esse tema se materializa, por exemplo, na figura das roupas, dos acessórios, assim como nas adjetivações que indicam qualquer espontaneidade. O narrador observa que a fita no cabelo de Etelvina, colega de Clara descrita como “crioulinha espevitada”, tem um vermelho vívido: “os gregos chamavam este adorno de stephané, e, ao que parece, as portadoras não eram lá tidas como virtuosas” (BARRETO, 2019, p. 58). Schwarcz (2017), recorre à Victor Turner para falar da simbologia das cores, sendo o vermelho um tom que, relacionado aos processos biopsíquicos das pessoas, faz o leitor lembrar do sangue, da paixão e, por conseguinte, do pecado da carne, a luxúria.

Essa imagem redireciona à invalidação da palavra das afrodescendentes, uma inversão da culpa sempre que denunciavam a exploração sofrida. “Engraçado essas sujeitas! Queixam-se de que abusaram delas... É sempre a mesma cantiga...Por acaso, meu filho as amarra, as amordaça, as ameaça com faca e revólver?” (BARRETO, 2019, p. 172), diz Salustiana. O julgamento não acaba não vindo apenas de estranhos, mas partindo mesmo de parentes, amigos, pessoas que conhecem a conduta ética, moral, das afligidas há anos. Clara, pela pele, e dos Anjos, pela inocência, a protagonista prova o sabor amargo da injustiça, da humilhação, temendo ser a marginalidade seu destino imutável, similar ao de tantas outras que, agora, ela se condoía, pois anteriormente achava-se acima dos seus males, frutos da enganação:

Sentia-se só, isolada, única na vida. Seus pais não a olhariam mais como a olhavam; seus conhecidos, quando soubessem, escarneceriam dela; e não haveria devasso por aí que a não perseguisse, na persuasão de quem faz um cesto, faz um conto [...]. Agora é que tinha a noção exata da sua situação na sociedade. Fora preciso ser ofendida irremediavelmente nos seus melindres de solteira, ouvir desaforos da mãe do seu algoz, para se convencer de que ela não era uma moça como as outras; era muito menos no conceito de todos (BARRETO, 2019, p 165).

Mais determinismos importantes para o retrato das classes baixas/minorias são lembrados na trama, por intermédios de personagens secundárias, que reforçam o fado da raça, da pobreza, bem como a insensibilidade/indiferença dos homens, ou pior, a vilania. Rosalinda, conhecida por Mme. Bacamarte (apelido desdenhoso), apanhava do marido alcóolatra, raioso devido a casar-se forçadamente, a fim de evitar a condenação legal por tê-la seduzido; a lei protegia as mulheres da desonra pública, no entanto não o fazia bem quanto à dignidade delas no todo. Bacamarte adquiriu o vício do esposo, gastava o pouco dinheiro na compra de bebida (parati), e, ao não suportar mais miséria, tentou o suicídio, atirando-se debaixo de um trem. Foi “salva”, porém passou a se envolver com diversos partidos, contraindo doenças venéreas.

Má sorte parecida teve Inês, primeira vítima de Cassi, a qual foi despejada por sua mãe em estágio adiantado de gravidez: perambulava molambenta e seu filho com o algóz fora deitado ainda criança; sua fala traz coloquialidades, foge da norma gramatical, jeito de Lima Barreto expressar os perfis dos subúrbios fidedignamente, além das diferenças de classes, muito medidas pelo acesso à educação formal: “Não fuja não, ‘seu’ patife! Você tem que ‘ouvi’ umas ‘pouca’, mas de ‘sustança’” (BARRETO, 2019, p. 170), diz ao malandro quando o encontra em uma taverna. É do movimento pré-moderno esse antiacademicismo e a demarcação da pluralidade cultural, geoeconômica, que formam a nação brasileira.

Destarte, fica marcada a inquietação sobre a tendência dos pretos às drogas, prostituição, contaminação, violência e toda sorte de crimes ou decadência. Conforme a distinção feita por Castilho (2009, p. 106-107), na época em que o livro foi lançado ainda reverberavam as correntes evolucionistas e positivistas, opostas apenas na crença sobre a possibilidade de adaptação dos afrodescendentes aos valores estimados, pois a primeira acreditava na necessidade do embranquecimento pela miscigenação, já a outra acreditava em qualidades que impulsionariam a população negra na direção “certa”. Porém, ambas consideravam o negro naturalmente bestializado em comparação com outras raças. Personagens como Inês e a própria Clara representam então o evolucionismo: uma enquanto fado da raça negra, já a outra teoricamente mais civilizada pela mestiçagem.

Há sinais de determinação, inclusive, nas descrições acerca do comportamento de Cassi, pois alguns explicam os mais de dez defloramentos e romances com mulheres casadas pela carência de dinheiro, pela imbecilidade, ou seja, questões que fogem ao pleno controle do indivíduo. Contudo, a ilustração do “Dom Ruan” é bastante crua, sinalizando a falta de afinidade e de empatia do narrador com essa personagem, além de configurar, junto com a linguagem simples, oral, uma característica pré-modernista. Apesar de todos os esforços do pai para colocá-lo no caminho certo, ele se recusa a trabalhar, instruir-se ou parar de planejar novas emboscadas, pesquisando o círculo social do alvo, as posses, simulando encontros ocasionais, entregando poesias, escrevendo cartas apaixonadas, cantando, tocando viola. Tem uma espécie de perversidade fria, calculista:

Vê-se bem que ele não sentia nada do que poetas mediócras que o guiavam nas suas torpezas falavam; e sem querer apelar para grandes ou pequenos poetas, percebe-se perfeitamente que nele não havia Amor de nenhuma natureza e com nenhum grau. Era concupiscência aliada à sórdida economia, com uma falta de senso moral digna de criminoso nato o que havia nele (BARRETO, 2019, p. 86).

Cassi, é o que Brait (1985, p. 49-50), citando nomenclaturas dadas à princípio por Propp, chama de *agente da ação*, além de fábula, pois tanto ele quanto Clara ganham sentido dentro da obra em vista da relação antagônica que se estabelece entre os dois, assim como as

tragédias das demais moças são dimensionadas umas pelas outras, de acordo com os demais fatos narrados, cuja sistematização Brait chama de *trama*. Cassi, dentro dessa estrutura, é o símbolo da hipocrisia da sociedade de valores burgueses, a qual se propagandeia santa, meritocrática, modelo. No entanto, paralelamente, ele não consegue se ajustar aos Centros pelo modo como se veste, pelos gestos indelicados, pelo obscurantismo, que o impede de conversar e ludibriar moças letradas, ricas. Só as do subúrbio são prezas fáceis. Assim, pinta todo um conjunto de aproveitadores e endossa a sensação de não pertencimento dos suburbanos.

Lamentavelmente, o desfecho é inquietante, pessimista, porque Cassi viaja, escapando das consequências de abandonar Clara, remetendo à impunidade com a qual as afro-brasileiras se defrontam ao serem violadas por múltiplos viesses, à medida que a protagonista conclui: “não somos nada nessa vida” (BARRETO, 2019, p. 174).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi apreendida a tensão existente entre a persistência do patriarcalismo, do subjugo, da miséria e a evolução multifacetada pregada no período da Primeira República, situação da qual Barreto parece ter se ressentido bastante, expressando através de uma linguagem simples – ora palco de ideologias dominantes, ora ferramenta para questioná-las ou representar os grupos excluídos, dando a eles uma voz própria – a falta de esclarecimento das suas personagens sobre cidadania; o acesso limitado à escolarização, bem como aos tipos de trabalho que eram permitidos às moças desempenhar; a violência arraigada pelo histórico secular escravista do Brasil. Assim, a pesquisa cumpriu a premissa de demonstrar o espaço do texto enquanto reconstrução dos possíveis choques de interesses interligados aos desafios postos às mulheres.

As negras/mulatas, assim como as brancas, tinham por objetivo de vida o casamento, pois a legitimação da existência delas, segundo a moral da época, estava atrelada a ser mãe, doméstica e esposa servil, completamente dedicada ao bem-estar alheio; além disso, o matrimônio representava a chance de melhores condições materiais, já que a mulher não era considerada intelectualmente nem fisicamente tão bem desenvolvida quanto o homem para beneficiar a sociedade fora do lar, logo não ocupando vários espaços que lhe renderiam bons salários. Porém, pôde ser constatado que a função das afro-brasileiras era ainda menor: a de conceder prazer sexual, uma vez vistas hierarquicamente como mais animalizadas do que as de pele alva, mas também por ocuparem as ruas, ajudando no sustento das famílias, e terem modos menos delicados, moldados pela dura realidade. A raça mostrou-se, então, um forte fator de marginalização e de não realização.

## REFERÊNCIAS

- BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. v. 1
- BOSI, A. Pré-Modernismo e Modernismo. In: BOSI, A. (org.). *História concisa da literatura brasileira*. 44. ed. São Paulo: Cultrix, 2015. v. 1, cap. 7, p. 345-439. Disponível em: <https://pdfroom.com/books/historia-concisa-da-literatura-brasileira/EBgjePgzdoN>. Acesso em: 7 fev. 2021.
- BRAIT, B. *A personagem*. São Paulo: Ática, 1985. 79 p. v. 1. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2018/12/BRAIT-Beth-A-personagem.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CÂNDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006. v. 1. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2017/10/antonio-candido-literatura-e-sociedade.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

CASTILHO, S. D. de. A Representação do Negro na Literatura Brasileira: Novas Perspectivas. *Olhar de Professor*, v. 7, n. 1, 2 fev. 2009. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1418/1063>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FIORIN, J.L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Contexto, 2011. v. 1. Disponível em: [https://www.academia.edu/39629442/\\_Jos%C3%A9\\_Luiz\\_Fiorin\\_Introdu%C3%A7%C3%A3o\\_ao\\_Pensamento\\_de\\_z-lib.org\\_](https://www.academia.edu/39629442/_Jos%C3%A9_Luiz_Fiorin_Introdu%C3%A7%C3%A3o_ao_Pensamento_de_z-lib.org_). Acesso em: 23 jul. 2021.

FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.. v. 1. Disponível em: [https://www.academia.edu/37986651/Linguagem\\_e\\_Ideologia\\_Jose\\_Luiz\\_Fiorin](https://www.academia.edu/37986651/Linguagem_e_Ideologia_Jose_Luiz_Fiorin). Acesso em: 19 jul. 2021.

GOMES, D. D. de O.; CARNEIRO, E. M. C.; MADEIRA, M. Z. De A. Mulheres negras, racismo estrutural e resistências. In: Encontro Nacional De Pesquisadores Em Serviço Social, 16 n., 2018, Vitória. *Anais*. Vitória: 2018. p. 1 - 19. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23419>. Acesso em: 09 ago. 2021.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, p. 161-193, 2004. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2340/1120>. Acesso em: 14 jul. 2021.

RABASSA, G. *O negro na ficção brasileira: meio século de história literária*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOIHET, R. Mulheres Pobres E Violência No Brasil Urbano. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. v. 1, cap. 11, p. 304-335. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

TRINDADE, I. da H. Realidade e ficção: interfaces em Lima Barreto. *Revista Crioula*, [S. l.], n. 11, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/55571>. Acesso em: 7 jan. 2021.

ZARRO, P. L.; FRAZÃO, I. P. *A cidade e seu escritor: a relação da biografia e da literatura de Lima Barreto com a Belle Époque*. *Revista Magistro*, Rio de Janeiro, v. 9, ed. 1, p. 1-11, 2014. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/2340/1120>. Acesso em: 7 jan. 2021.

### **Bibliografia complementar**

COSTA FERREIRA, L. da. Biografia e o biografado: reflexões sobre Afonso Henriques de Lima Barreto. *Travessias*, Cascavel, v. 3, n. 1, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3261>. Acesso em: 8 jan. 2021.

### **ABSTRACT**

The inferiorization of the culture and the potential of the Afro groups ended up, a priori, manifested in art sometimes through silence, sometimes through a distorted, partial reality, told by the white voice. In a second moment, literature, above all, served to criticize the excluding principles, an initiative in which Lima Barreto showed himself to be very engaged, given the feeling of injustice born from the prejudice situations that the black, humble writer both suffered and witnessed throughout his trajectory. Clara dos Anjos was one of his most famous works, specifically denouncing the exploitation of black and mixed-race women living in the Brazilian suburbs; thus, this article draws a parallel between the social context of Brazil in the 20th century and the discourse of the work, affirming the literary path as a place of resistance.

### **KEYWORDS**

Literature. Afro-Brazilian literature. Racism. Black Woman. Lima Barreto. Clara dos Anjos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Desenvolvido a partir do Trabalho de Conclusão de Curso em Letras Português/Inglês na Universidade Católica de Santos, intitulado *A condição da mulher afro-brasileira: uma análise sociocrítica de Clara dos Anjos*.

<sup>2</sup>